

## ASSEMBLEIA NACIONAL

### Lei nº 44/VI/2004

de 12 de Julho

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 174º da Constituição, o seguinte:

#### CAPITULO I

##### Disposições gerais

###### Artigo 1º

###### (Objecto)

O presente diploma define e estabelece o regime jurídico dos bens do domínio público marítimo do Estado constantes das alíneas e) a h) do artigo 3º.

###### Artigo 2º

###### (Princípios fundamentais)

O regime jurídico dos bens do domínio público marítimo tem como base os princípios da inalienabilidade, da imprescritibilidade, da impenhorabilidade e da desafecção.

#### CAPITULO II

##### Definição e delimitação dos bens do domínio público marítimo

###### Artigo 3º

###### (Bens de domínio público marítimo)

Pertencem ao domínio público marítimo:

- a) As águas interiores e as águas arquipelágicas;
- b) O mar territorial, seus leitos e subsolos;
- c) Os direitos de jurisdição sobre a plataforma continental e a zona económica exclusiva;
- d) Todos os recursos vivos e não vivos existentes nos espaços referidos nas alíneas antecedentes;
- e) A orla marítima, compreendendo as praias e os terrenos das costas, enseadas, baías contíguos à linha do máximo preia-mar numa faixa de oitenta metros de largura;
- f) As zonas dos portos e respectivos cais, docas, acostadouros, terraplenos e outras obras e construções marítimas neles existentes, de abrigo ou protecção ou destinadas especialmente às operações de exploração comercial e às necessidades de tráfego;
- g) As obras e construções marítimas afectas ao amparo das águas, ao serviço de polícia, à conservação das vias marítimas e às necessidades de navegação existentes nas zonas de domínio público marítimo;
- h) As obras e construções fixas executadas pelos concessionários, a partir do momento em que as concessões forem revogadas, declaradas caducas ou extintas.

###### Artigo 4º

###### (Edificações e obras)

As edificações ou quaisquer outras obras pertencentes ao Estado existentes dentro dos limites do domínio público marítimo são consideradas bens deste domínio.

###### Artigo 5º

###### (Terrenos)

Os terrenos que, em consequência de obras executadas pela administração ou por outrem em nome e com permissão dela, forem conquistados às águas pertencentes ao domínio público marítimo farão parte deste domínio até ao limite da faixa legalmente fixada.

###### Artigo 6º

###### (Servidão e expropriação)

1. Os terrenos particulares situados nas faixas do domínio público marítimo adjacentes às águas marítimas estão sujeitos a uma servidão de uso público no interesse geral da navegação e da pesca, e ainda à fiscalização e polícia do domínio público.

2. O Estado, se tiver necessidade de ocupar os terrenos particulares para os fins referidos no número anterior, pode expropriar nos termos da lei geral.

###### Artigo 7º

###### (Limites do domínio público marítimo)

Nos lugares em que o mar comunica com ribeiras ou cursos de água, os limites do domínio público marítimo são fixados por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da marinha mercante e das finanças.

###### Artigo 8º

###### (Delimitação de zonas do domínio público marítimo)

1. A delimitação dos terrenos particulares como bens do domínio público marítimo cabe ao Estado, oficiosamente ou a requerimento dos interessados.

2. A delimitação será feita em conformidade com os títulos apresentados ou solicitados às repartições competentes e, na falta de títulos suficientes para isso, pelo que resultar da posse ou de qualquer outro meio de prova.

3. A autoridade marítima, quando se mostrar necessário ou considerar oportuno promover à delimitação de determinada zona de domínio público marítimo, deve convidar, nos termos estabelecidos nos regulamentos, os interessados, sejam eles entidades públicas ou privadas, a se pronunciarem sobre a matéria e a tomarem parte nas operações de delimitação da zona.

4. Os litígios que surgirem sobre a delimitação em concreto da zona de domínio público marítimo serão resolvidos por despacho do Director Geral da Marinha e Portos.

5. Havendo acordo na delimitação da zona, será lavrada a competente acta pela autoridade marítima que será

subscrita por todos os intervenientes, enviando-se cópia à Direcção Geral da Marinha e Portos e servirá de título para registo dos bens incluídos na zona.

#### Artigo 9º

**(Destino das zonas do domínio público marítimo a outro fim de interesse público)**

Por despacho do membro do Governo responsável pela área da marinha e portos, sob proposta da entidade administrativa interessada, determinada parte do domínio público marítimo pode ser dado um fim público diverso daquele para o qual normalmente vinha sendo utilizada, findo o qual será de novo afectado ao seu uso normal.

### CAPITULO III

#### **Uso, fiscalização e concessão do domínio público marítimo**

#### Artigo 10º

**(Uso e fiscalização do domínio público marítimo)**

O uso do domínio público marítimo e a fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas competem às autoridades marítimas.

#### Artigo 11º

**(Concessões de bens dominiais)**

1. O uso e a ocupação de bens do domínio público marítimo podem ser concedidos, na medida em que forem compatíveis com as exigências do uso público.

2. As concessões podem revestir a forma de contrato ou de acto administrativo.

3. A competência para a atribuição das concessões cabe:

- a) Ao Director Geral da Marinha e Portos, sob proposta do Capitão dos Portos, para concessão por período não superior a 2 anos e que implique obras ou edificações de fácil remoção;
- b) Ao membro do Governo responsável pela área da marinha e portos, para concessão por período compreendido entre 2 a 10 anos;
- c) Ao Conselho de Ministros, para concessão por período superior a 10 anos.

#### Artigo 12º

**(Pedido incompatível)**

Se o pedido de concessão de um bem do domínio público marítimo resultar incompatível com uma concessão previamente atribuída para fins de interesse público menos relevante, a concessão precedente pode ser revogada por resolução do Conselho de Ministros, aplicando-se em tudo o resto o disposto no artigo 18º.

#### Artigo 13º

**(Concurso de vários interessados na concessão)**

1. Verificando-se a existência de vários candidatos à concessão, prefere o candidato que ofereça maiores garantias

de melhor utilização da concessão e se proponha dar-lhe um uso que, do ponto de vista da administração, responda às necessidades de um interesse público mais relevante.

2. Quando não ocorram razões que imponham a preferência de um candidato e se tratar de concessão por prazo superior a cinco anos ou que importe a construção de obra de difícil remoção, abre-se concurso público para a selecção dos candidatos, nos termos a definir para cada concurso.

#### Artigo 14º

**(Transmissão da concessão)**

1. O concessionário não pode, sem prévia autorização da autoridade competente para a concessão, transmitir para outrem o gozo dos direitos atribuídos pela concessão ou fazer-se substituir no seu exercício.

2. No caso de venda ou execução forçada, o adquirente de edificações ou de obras construídas nos bens dominiais não pode usufruir dos direitos atribuídos pela concessão sem a autorização da autoridade marítima competente.

3. Em caso de morte do concessionário, os direitos transmitem-se aos seus herdeiros, devendo estes, no entanto, requerer a confirmação à autoridade competente no prazo máximo de seis meses.

4. Se, por razões de idoneidade técnica ou económica, a autoridade competente entender por conveniente não confirmar a transmissão dos direitos, aplicam-se as disposições deste diploma relativas à revogação.

#### Artigo 15º

**(Constituição de hipoteca)**

1. O concessionário, mediante prévia autorização da autoridade que atribuiu a concessão, pode constituir hipoteca sobre as obras e edifícios construídos nos bens dominiais.

2. A hipoteca constituída nos termos do número anterior é válida apenas enquanto durar a concessão.

#### Artigo 16º

**(Ocupação antecipada de zonas dominiais)**

1. Se houver reconhecida urgência, a autoridade marítima, mediante requerimento do interessado, pode consentir, mediante prévia caução, a imediata ocupação e uso de bens do domínio público marítimo, como também autorizar a execução de trabalhos que se mostrarem necessários, obrigando-se no entanto o interessado a observar as condições que vierem a ser impostas à concessão, caso ela lhe venha a ser atribuída.

2. Se a concessão for negada, o requerente deve demolir a obra executada e devolver o bem dominial ao seu estado anterior.

#### Artigo 17º

**(Contrapartida financeira)**

1. A contrapartida financeira pela ocupação e uso dos bens dominiais é estabelecida no acto de concessão.

2. Nas concessões a entidades públicas ou privadas, para fins de beneficência ou para outros fins de interesse público, são estabelecidas contrapartidas financeiras de mero reconhecimento do carácter dominial dos bens.

#### Artigo 18º

##### (Redução das contrapartidas ou extinção por causas naturais)

1. Se o uso de bem do domínio público marítimo vier a ser restringido por efeito de direitos anteriores de terceiros, ao concessionário não é devida nenhuma indemnização, mas proceder-se-á logo à redução proporcional da contrapartida financeira devida pela concessão, sem prejuízo da faculdade que lhe é conferida de renunciar a concessão.

2. Quando, por causas naturais, o bem do domínio público marítimo concedido sofrer modificação de tal natureza que importe restrição de uso, proceder-se-á a uma proporcional redução da contrapartida financeira devida pela concessão.

3. Se, pelas mesmas causas, a modificação for de tal natureza que torne impossível ulterior utilização do bem, a concessão extingue-se.

#### Artigo 19º

##### (Revogação das concessões)

1. A concessão de duração não superior a cinco anos e que não importa obras de difícil remoção é revogável no todo ou em parte, se assim o entender conveniente a autoridade competente para a atribuição.

2. A concessão por tempo superior a cinco anos ou que não importa a construção de obras de difícil remoção é revogável por razões de relevante interesse público.

3. Em qualquer das situações anteriores, a autoridade marítima, salvo disposição em contrário do acto de concessão, deverá proceder ao pagamento de uma indemnização correspondente a uma parte dos custos das obras, atendendo aos anos de utilização e ao período de tempo que faltaria para a extinção da concessão.

4. O montante de indemnização não poderá ser, em caso algum, superior ao montante dos custos da obra no momento da revogação, e tomado em consideração as amortizações já efectuadas.

5. Em qualquer dos casos previstos neste artigo, a autoridade competente deverá comunicar a respectiva intenção ao concessionário, por escrito e com a antecedência mínima de 30 dias, a contar da data prevista para a revogação.

#### Artigo 20º

##### (Revogação parcial e extinção)

1. Em caso de revogação parcial proceder-se-á logo à redução proporcional da contrapartida financeira devida pela concessão, sem prejuízo da faculdade que é conferida ao concessionário de renunciar à concessão.

2. Optando pela renúncia à concessão, o concessionário deve dar conhecimento à autoridade marítima que a atribuiu, no prazo máximo de trinta dias a contar da data do conhecimento da revogação.

3. A mesma faculdade é conferida ao concessionário quando a utilização da concessão se mostrar parcialmente impossível, em consequência de obras construídas para fins de interesse público do Estado ou de outra entidade pública.

4. Se a utilização da concessão se mostrar totalmente impossível a concessão extingue-se.

#### Artigo 21º

##### (Cessação da concessão por incumprimento)

1. A autoridade marítima pode fazer cessar a concessão se o concessionário:

- a) Não executar as obras previstas no acto de concessão ou desrespeitar o acto aprovado;
- b) Não der início à utilização da concessão no prazo previsto;
- c) Suspender o uso da concessão por período superior ao facultado na lei ou no título de concessão;
- d) Desviar substancialmente a concessão do fim para que foi feita;
- e) Ceder os seus direitos a outrem ou facultar a outrem o exercício deles em autorização do concedente;
- f) Não pagar as contrapartidas financeiras nos prazos estipulados;
- g) Não cumprir as obrigações derivadas do acto de concessão ou impostas por disposição legal ou regulamentar.

2. A autoridade marítima, antes de fazer cessar a concessão, deverá ouvir o concessionário, fixando-lhe um prazo para se pronunciar.

3. Ao concessionário faltoso não é devida nenhuma indemnização, quer para reembolso das despesas com as obras executadas, quer para o reembolso das despesas que de algum modo elas tenham dado causa.

#### Artigo 22º

##### (Autoridade competente para declarar a revogação e cessação)

A revogação da concessão bem como a declaração da sua cessação cabem à autoridade competente para a atribuição, salvo disposição expressa da lei.

#### Artigo 23º

##### (Obras não amovíveis)

1. Salvo o que diversamente estiver estipulado no acto de concessão, em caso de cessação da concessão, as obras não amovíveis, construídas na zona dominial, como tal

definidas na alínea i) do artigo 3º deste diploma, passam a constituir património do Estado, sem qualquer compensação ou reembolso, podendo em todo o caso, a autoridade marítima, se assim o entender conveniente, ordenar a demolição, restituindo a zona dominial ao seu estado anterior.

2. Neste último caso deve a autoridade marítima ouvir previamente o concessionário, aplicando-se em tudo o resto o disposto nos números 2 e 3 do artigo 20º.

#### CAPITULO IV

##### Do objecto do registo

###### Artigo 24º

###### (Obrigatoriedade e fins do registo das concessões)

1. Na área da circunscrição marítima correspondente será mantido um registo dos direitos concedidos sobre bens do domínio público marítimo.

2. O registo das concessões destina-se essencialmente a dar publicidade à situação jurídica dos bens do domínio público marítimo que tenham sido objecto de concessão, com vista a conferir certeza e segurança no comércio jurídico.

###### Artigo 25º

###### (Factos sujeitos a registo)

1. Estão sujeitos a registo:

- a) Os factos jurídicos que determinem a constituição, o reconhecimento, a aquisição, modificação ou extinção de direitos sobre bens do domínio público marítimo;
- b) A transmissão dos direitos atribuídos ao concessionário;
- c) As obras e edifícios construídos nos bens dominiais;
- d) A hipoteca sobre obras e edifícios construídos nos bens dominiais, sua cessão ou modificação, a cessão do grau de prioridade do respectivo registo;
- e) A transmissão de créditos garantidos por hipoteca, quando importe transmissão de garantia;
- f) A penhora, o arresto, a apreensão em processo de falência ou insolvência e o arrolamento das obras e edificações, bem como quaisquer outros actos ou providências com efeitos semelhantes;
- g) O penhor, a penhora, o arresto e o arrolamento de créditos garantidos por hipoteca e quaisquer outros actos ou providências que incidam sobre os mesmos créditos;
- h) A promessa de alienação ou oneração, os pactos de preferência e a disposição testamentária da preferência, se lhes tiver sido atribuída eficácia real;
- i) Os factos jurídicos que importem a extinção de direitos, ónus ou encargos registados.

2. Estão ainda sujeitas a registo:

- a) As acções que tenham por fim, principal ou acessório, o reconhecimento, a constituição, a modificação ou a extinção de algum dos direitos referidos no número antecedente;
- b) As acções que tenham por fim, principal ou acessório, a reforma, a declaração de nulidade ou a anulação de um registo ou do seu cancelamento;
- c) As decisões finais das acções referidas na alíneas anteriores, logo que transitem em julgado.

3. As acções sujeitas a registo não terão seguimento após os articulados sem se comprovar a sua inscrição, salvo se o registo depender da respectiva procedência.

#### CAPITULO V

##### Da organização e processo de registo

###### Artigo 26º

###### (Competência e prazos para o registo)

1. O registo das concessões é feito na Capitania dos Portos da área da circunscrição marítima na qual está situado o bem dominial, no prazo máximo de 30 dias a contar da concessão.

2. Uma vez apresentado, a Capitania dos Portos deverá lavrar o registo no prazo de 15 dias.

###### Artigo 27º

###### (Diário e fichas de registo)

Haverá para o serviço de registo, em cada Capitanía:

- a) O livro diário, destinado à anotação cronológica dos pedidos de registo, documentos apresentados e à menção dos actos requeridos, dos respectivos preparos e total da conta cobrada;
- b) As fichas de registo, destinadas a descrições, inscrições, averbamentos e anotações.

###### Artigo 28º

###### (Processamento do registo)

1. O registo de aquisição de direitos ou de constituição de encargos sobre bens do domínio público marítimo depende da respectiva inscrição em nome de quem os transmite ou onera.

2. A inscrição pode ser completada, actualizada, restringida ou extinta por meio de averbamentos.

3. Salvo disposição em contrario, o facto que amplie o objecto ou direitos e os ónus ou encargos definidos na inscrição apenas poderão ser registados mediante nova inscrição.

###### Artigo 29º

###### (Legitimidade)

Têm legitimidade para pedir o registo os sujeitos, activos ou passivos, da respectiva relação jurídica e, em geral, todas as pessoas que nele tenham interesse.

Artigo 30º

(Representação)

1. O registo pode ser pedido por mandatário, bem como por quem tenha poderes de representação para intervir no título.

2. Presume-se representante quem, subscrevendo o pedido, assuma a responsabilidade pelo pagamento dos encargos.

Artigo 31º

(Princípio da instância)

O registo efectua-se a pedido dos interessados, mediante requerimento, salvo os casos de oficiosidade previstos na lei.

Artigo 32º

(Requerimento)

1. Os requerimentos para actos de registo são formulados em impresso de modelo oficial e devem conter os seguintes elementos:

- a) Nome completo, estado e residência habitual do requerente ou, tratando-se de pessoa colectiva, a denominação ou firma e a sua sede;
- b) A menção do registo requerido e do direito ou facto que deve constituir o seu objecto, com a especificação dos respectivos elementos essenciais;
- c) Número do documento de identificação do requerente e dos sujeitos activos e passivos dos actos requeridos;
- d) Número de registo da concessão ou a identificação do bem dominial a que o registo respeita mediante a menção de elementos de localização, natureza e características gerais, área, acto de concessão, autoridade concessionária, duração e contrapartidas financeiras.

2. Os requerimentos para os quais não haja impresso legal de modelo superiormente aprovado podem ser formulados em papel comum, de formato legal.

3. Nos casos em que um só impresso não comporte todas as menções que hajam de ser feitas em relação ao acto de registo requerido, qualquer que seja o seu objecto, as menções são continuadas noutro impresso de igual modelo.

Artigo 33º

(Requisitos formais)

O requerimento destinado a actos de registo deve ser preenchido de forma bem legível, não se admitindo emendas ou rasuras.

Artigo 34º

(Prova documental)

1. Só podem ser registados os factos constantes de documentos que legalmente os comprovem.

2. Os documentos arquivados podem ser utilizados para a realização de novo registo, sempre que referenciados e novamente anotados no livro diário.

Artigo 35º

(Forma das declarações para registo)

1. Salvo disposição em contrário, a assinatura das declarações para registo, principais ou complementares, deve ser notarialmente reconhecida quando não for apresentado o documento legal de identificação do signatário.

2. É dispensado o reconhecimento da assinatura quando as declarações constem de documento apresentado por advogado ou solicitador.

3. Tratando-se de entidade oficial, a assinatura deve ser autenticada pela aposição do respectivo selo branco.

Artigo 36º

(Declarações complementares e suprimento de deficiências)

1. Além de outros casos previstos, são admitidas declarações complementares dos títulos:

- a) Para a completa identificação dos sujeitos, sem prejuízo da exigência de prova do estado civil;
- b) Para a menção dos elementos de identificação do bem dominial quando os títulos forem deficientes, ou para esclarecimento das suas divergências, quando contraditórias entre si ou com aqueles elementos identificadores, em virtude de alteração superveniente.

2. Sempre que possível, as deficiências do processo de registo devem ser supridas com base nos documentos apresentados ou já existentes na Capitania.

3. Após a apresentação e antes de realizado o registo, podem os interessados juntar documentos complementares para sanar deficiências que não envolvam novo pedido de registo, nem constituam motivo de recusa.

Artigo 37º

(Documentos para registo inicial da concessão)

1. O registo inicial da concessão tem por base o requerimento, acompanhado do documento que titula o acto de concessão praticado pela autoridade competente nos termos da lei.

2. O registo inicial só pode ser efectuado a favor da pessoa, singular ou colectiva, indicada no acto da concessão como seu beneficiário.

Artigo 38º

(Documentos para outros registos da concessão)

1. O registo de transmissão da concessão efectua-se mediante requerimento acompanhado de documento comprovativo do acto e da autorização da entidade competente.

2. O registo da atribuição da concessão fundado em facto diverso do previsto no número anterior tem por base um dos seguintes documentos:

- a) Qualquer documento comprovativo de facto jurídico que importe o reconhecimento ou aquisição de direitos de concessionário;
- b) Certidão de decisão judicial, transitada em julgado, em que sejam reconhecidos direitos de concessionário.

3. O registo provisório de acção é feito com base em certidão de teor do articulado ou duplicado deste, com nota de entrada na secretaria judicial, e converte-se em definitivo com base em certidão comprovativa da acção ter sido julgada procedente por decisão transitada em julgado.

#### Artigo 39º

(Registo de mudança de nome, firma ou denominação, residência ou sede)

A alteração da composição do nome, firma ou denominação e a mudança de residência habitual ou sede do concessionário são registadas mediante participação do interessado e instruídas, no tocante à alteração do nome, firma ou denominação, com o documento comprovativo.

#### Artigo 40º

(Legalidade)

O Capitão dos Portos deve apreciar a viabilidade do pedido de registo, em face das disposições legais aplicáveis, dos documentos apresentados e dos registos anteriores, verificando, nomeadamente, a legitimidade dos interessados, a regularidade formal dos títulos e a conformidade dos actos dispositivos neles contidos.

#### Artigo 41º

(Recusa do registo)

O registo só pode ser recusado nos casos expressamente previstos na lei.

#### Artigo 42º

(Registo provisório)

1. O registo pode ser lavrado provisoriamente por natureza ou por dúvidas nos precisos termos da lei.

2. O registo provisório por natureza pode também ser, simultaneamente, provisório por dúvidas, quando, independentemente da sua natureza especial, o Capitão dos Portos tenha dúvidas em poder efectuar-lo.

#### Artigo 43º

(Ordem e conteúdo dos registos)

1. Os registos são lavrados segundo a ordem da apresentação correspondente, determinando-se por esta, pelo requerimento e documentos que lhe tenham servido

de base, os titulares e o conteúdo do direito ou facto registado.

2. O número de ordem e a data do registo são, para todos os efeitos, os da anotação da apresentação no livro diário, que constitui sua parte integrante.

### CAPITULO VI

#### Da publicidade e da prova do registo

##### Artigo 44º

(Elementos do registo)

1. O registo define a situação jurídica do bem dominial, devendo extrair-se dos títulos apresentados os elementos necessários à correspondente publicidade.

2. Os elementos dos registos devem permitir identificar os sujeitos das respectivas relações jurídicas e os dados objectivos da concessão do bem dominial.

##### Artigo 45º

(Emissão de títulos)

1. Efectuado o primeiro registo de concessão, é emitido o correspondente título de modelo, aprovado pelo Director Geral da Marinha e Portos.

2. Os títulos são emitidos pela Capitania dos Portos da área de circunscrição do bem dominial a que respeita e autenticados com a aposição do selo branco da Capitania dos Portos.

3. O prazo de validade do título é de seis meses, sendo a sua revalidação feita com a menção no próprio título.

##### Artigo 46º

(Passagem de novo título)

1. Para a realização de qualquer registo é sempre necessária a apresentação do título de registo, excepto quando se tratar de registo de arresto, penhora ou outras providências judiciais.

2. A realização de qualquer registo implica sempre a passagem de novo título, inutilizando-se o anterior.

3. No novo título são anotados, para além do último registo da concessão, todos os anteriores registos e a menção da espécie do facto registado.

### CAPITULO VII

#### Da impugnação das decisões do Capitão dos Portos

##### Artigo 47º

(Reclamação)

1. Da recusa do Capitão dos Portos, ainda que tácita, em praticar qualquer acto de registo nos termos requeridos ou do registo do acto como provisório por dúvidas, pode o interessado interpor reclamação fundamentada, por escrito, para o próprio Capitão dos Portos, no prazo de 10 dias, a contar do termo do prazo para efectuar o registo.

2. No prazo de 10 dias, o Capitão dos Portos aprecia a reclamação e profere despacho fundamentado a reparar ou a manter a decisão.

3. O despacho é notificado ao reclamante, no prazo de 48 horas, por carta registada.

Artigo 48º

(Recurso hierárquico)

1. No caso da reclamação ser indeferida ou do interessado pretender recorrer imediatamente, pode fazê-lo interpondo recurso para o Director Geral da Marinha e Portos.

2. O prazo para interposição do recurso hierárquico é de 20 dias, a contar da data da notificação dos despachos referidos nos números 1 e 2 do artigo anterior.

3. A interposição do recurso considera-se feita com a apresentação do respectivo requerimento na Capitania dos Portos, devendo o Capitão dos Portos, dentro do prazo previsto no nº 3 do artigo anterior, remeter o processo à Direcção Geral da Marinha e Portos, instruído com o de reclamação, quando o haja, e com fotocópia do acto impugnado e dos documentos necessários.

4. Interposto o recurso, o Director Geral da Marinha e Portos profere, no prazo de 5 dias, despacho fundamentado a reparar ou a manter a decisão.

5. A decisão proferida é notificada ao recorrente, no prazo de 48 horas, por carta registada e comunicada ao Capitão dos Portos recorrido.

6. Caso o Director Geral da Marinha e Portos repare a decisão, dá-se por findo o recurso.

Artigo 49º

(Recurso contencioso)

1. Tendo o recurso hierárquico sido julgado improcedente, o interessado pode interpor recurso contencioso da decisão do Director Geral da Marinha e Portos.

2. O recurso é interposto para o Tribunal da Comarca competente em matéria cível, no prazo de vinte dias, a contar da data da notificação da decisão que tenha julgado improcedente o recurso hierárquico.

3. A interposição do recurso considera-se feita com a apresentação da respectiva petição no tribunal de primeira instância.

4. Interposto o recurso no Tribunal de Comarca, este notifica imediatamente o Director Geral da Marinha e Portos para, no prazo de cinco dias, lhe remeter o processo, instruído com o de reclamação, quando o haja, o de recurso hierárquico, o acto impugnado e fotocópia dos documentos necessários, devendo a Direcção Geral da Marinha e Portos comunicar à Capitania dos Portos da área de circunscrição do bem dominial a interposição do recurso.

5. A sentença é proferida no prazo de trinta dias, a contar da recepção do processo devidamente instruído, conforme o número anterior.

Artigo 50º

(Valor do recurso)

O valor do recurso contencioso é o do facto cujo registo foi recusado ou feito provisoriamente por dúvidas.

CAPITULO VIII

Disposições diversas

Artigo 51º

(Encargos do registo)

Pelos actos de registo são cobrados os emolumentos e as taxas constantes da respectiva tabela em vigor para o registo predial, salvo os casos de gratuidade ou de isenção previstos na lei.

Artigo 52º

(Informações a prestar)

1. As Capitánias dos Portos devem dar gratuitamente às autoridades e serviços públicos as informações que lhes forem solicitadas referentes a actos de registo, quando as mesmas possam ser prestadas em face dos elementos existentes na Capitania.

2. Quando solicitadas por particulares, verbalmente ou por correspondência, as informações a dar pela Capitania só o podem ser por escrito.

3. No caso de os pedidos de informação feitos por correspondência não serem acompanhados do emolumento devido e da franquia postal para a resposta, a Capitania dos Portos comunica previamente ao destinatário o valor a pagar, sendo remetida a informação após o respectivo pagamento.

Artigo 53º

(Direito aplicável)

São aplicáveis ao registo de concessões, com as necessárias adaptações, todas as disposições legais relativas ao registo predial que não sejam contrárias à natureza daquele e às disposições especiais do presente diploma.

CAPITULO IX

Disposições finais e transitórias

Artigo 54º

(Ocupação e obras não autorizadas)

1. A execução de quaisquer obras dentro do domínio público marítimo ou a uma distância não superior a trinta metros de uma zona dominial está sujeita a licença das autoridades marítimas competentes.

2. Os interessados devem respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras licenças necessárias.

3. Em caso de ocupação abusiva ou de execução de obras não autorizadas em zonas dominiais ou em desacordo com as condições prescritas, a autoridade marítima competente notificará o interessado para desocupar o bem dominial ou devolvê-lo ao seu estado anterior ou demolir as obras realizadas, dentro de determinado prazo.

4. No caso de incumprimento, a autoridade marítima procederá à desocupação ou demolição das obras, ficando os custos a cargo do interessado, não lhe sendo devida qualquer indemnização.

Artigo 55º

(Extracção de areia ou de outros materiais)

A extracção de areia e de outros materiais nas zonas dominiais é regulada por legislação especial.

Artigo 56º

(Uso dos bens dominiais para carga e descarga)

Salvo no que vier especialmente regulado sobre a utilização de zonas dominiais para as operações de carga e descarga, bem como para a implantação de armazéns do Estado, compete à autoridade marítima delimitar as zonas e os termos de utilização das zonas dominiais para as operações de carga e descarga de mercadorias ou de outros materiais.

Artigo 57º

(Implantação e exploração de condutas, depósitos e estabelecimentos)

1. A concessão para a implantação e exploração de condutas, depósitos e estabelecimentos nas zonas dominiais cabe à autoridade marítima competente.

2. Tratando-se de substância inflamável, a implantação e a gestão de depósitos ou estabelecimentos nas zonas dominiais compete ao membro do Governo responsável pela área da marinha e portos.

Artigo 58º

(Não aplicabilidade)

Este diploma não se aplica aos imóveis construídos ou existentes nas zonas de domínio público marítimo, antes da entrada em vigor da Portaria nº 24 229, de 9 de Agosto de 1969, que torna extensivo a Cabo Verde o Regulamento da Ocupação e Concessão de Terrenos nas Províncias Ultramarinas, aprovado pelo Decreto nº 43 894, de 6 de Setembro de 1961, que se mantém como propriedade privada.

Artigo 59.º

(Entrada em vigor)

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 25 de Junho de 2004.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

Promulgada em 28 de Junho de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República, PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES

Assinada em 30 de Junho de 2004.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.